

**Parecer nº 178/99**

Data: 1999.11.03

Processo nº 750

**Requerente:** ERA – Empatia, Recuperação Apoio, Lda.

1. Por ofício de 1999/10/22, a ERA, solicitou à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos – CADA, informação acerca “do agente causador” de intoxicação sofrida por alguns dos seus residentes, indicados, que deu lugar a recurso aos serviços médicos do Hospital S. Francisco Xavier.
2. Pela escassez de elementos, o relator estabeleceu contacto com a responsável pela gestão do estabelecimento em causa, tendo sido esclarecido que foi feita tentativa junto de alguns departamentos daquele Hospital para entrega de pedido de informações, sem resultado, por recusa de aceitação. No entanto, a subscrevente do pedido terá sido aí instada a dirigir-se a esta Comissão.
3. Numa primeira abordagem, observa-se que não há no pedido qualquer referência legal à Lei de Acesso aos Documentos Administrativos - LADA, que o mesmo contém elementos que, de algum modo, satisfazem os requisitos do artigo 13º, não podendo, contudo, aceitar-se como queixa, nos termos do artigo 16º, da mesma Lei, só porque a solicitante refere a recusa do recebimento do documento pelo Hospital, visto existirem outras vias, por exemplo as usuais do correio, para que fizesse chegar o mesmo a quem de direito.
4. Contudo, face à informação ali prestada à requerente, admitindo-se que foi transmitida a necessidade de a CADA se pronunciar previamente acerca de acesso a documentos nominativos, nos termos do artigo 8º, apesar da natureza pouco explícita do pedido, considera-se que esta Comissão se deverá pronunciar de forma a propiciar o esclarecimento, eventualmente importante à ERA e seus residentes.

5. Assim, pretendendo a “Comunidade Terapêutica ERA” apenas conhecer, genericamente por informação, do “agente causador... de intoxicação”, em princípio originário em refeições por si fornecidas aos seus residentes (indica 9 afectados) , embora tendo qualidade de terceiro em relação a estes, não estão em causa quaisquer elementos dos processos ou fichas clínicas dos atendidos no Hospital, logo acesso a documentos nominativos que exijam os requisitos do nº 1 do artigo 8º da LADA, quanto a autorização, nem do nº 3 do preceito, quanto a intermediação médica.
6. Efectivamente, o objectivo da informação a obter é poder a própria ERA ser esclarecida dos elementos causadores de intoxicação produzida pelos próprios alimentos fornecidos, de forma a precaver-se para o futuro em favor dos afectados, seja para optar por fornecedores que garantam melhor qualidade de produtos, seja para poder elucidar os residentes ou seus familiares sobre o sucedido.

Neste sentido, pese embora o facto de se poderem constituir em elementos de natureza nominativa, os factos respeitantes ao processo de intoxicação de cada um dos residentes observados pelo Hospital de S. Francisco Xavier, conclui-se que a “Comunidade Terapêutica ERA” tem um interesse directo e legítimo à informação solicitada, de acordo com o nº 2, do artigo 8º, da LADA.

Termos em que a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, no âmbito das suas competências descritas no artigo 20º da LADA, se pronuncia favoravelmente pela prestação da informação pretendida, isto é, sobre qual o agente causador da intoxicação alimentar em causa.

Comunique-se às entidades envolvidas.

Lisboa, 3 de Novembro de 1999.

*Francisco de Brito (Relator) – José Magalhães – Vasco Almeida – João Figueiredo – Renato Gonçalves – Branca Amaral – Amadeu Guerra – Castro Martins (Presidente)*